



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado **ZEQUINHA MARINHO** – PMDB/PA

COMISSÃO DA AMAZÔNIA, INTEGRAÇÃO NACIONAL E DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

REQUERIMENTO N° DE 2007
(Do Sr. Zequinha Marinho)

Requer o encaminhamento de manifestação à Casa Civil da Presidência da República e à Ministra do Meio Ambiente, solicitando a criação do “Royalties Verde”, como terceiro grande eixo do Plano de Prevenção e Controle de Desmatamento da Amazônia, beneficiando os municípios brasileiros que se encontrem com mais de 50% do seu território como sendo de preservação e conservação ambiental.

Senhora Presidente,

Nos termos regimentais, requero que esse colegiado encaminhe à Ministra-Chefe da Casa Civil, Dr.^a Dilma Vana Rousseff, como, também, à Ministra do Meio Ambiente, Dr.^a Maria Osmarina Marina da Silva Vaz de Lima, manifestação sugerindo e apoiando a inclusão do “Royalties Verde” como terceiro eixo do Plano de Prevenção e Controle de Desmatamento da Amazônia, beneficiando os municípios brasileiros que se encontrem com mais de 50% do seu território como sendo de preservação e conservação ambiental.

JUSTIFICAÇÃO

O Estado brasileiro por razões mais do que necessárias, vem implementando ações que busquem preservar e conservar as nossas matas, florestas e as inúmeras riquezas ambientais do nosso País. Nesse sentido, a legislação ambiental vem, ao longo do tempo sendo aprimorada, tendo o Estado cumprindo o seu dever.

Para demonstrar uma efetiva ação no sentido da preservação ambiental e combate ao desmatamento, ainda no ano de 2004 o Governo Federal, criou um Grupo de Trabalho Interministerial, encarregado de elaborar o Plano de Prevenção e Controle de Desmatamento da Amazônia, que, segundo informações, deverá finalizar os seus trabalhos até o final do ano de 2007, focando em dois eixos centrais, quais sejam: o aproveitamento econômico sustentável das florestas que continuarem em pé e a recuperação ambiental e econômica das áreas já desmatadas e abandonadas.

Acontece, meus nobres pares, que a Legislação Federal colocou inúmeros municípios brasileiros sob uma curiosa situação: alguns estão com área territorial comprometida entre 50% e 90%, como sendo de conservação e de preservação ambiental. Tal situação acarreta uma inevitável limitação de desenvolvimento econômico, comprometendo de forma irreversível as atividades comerciais, industriais e empresariais de forma geral.

Para exemplificar esse equivocado cenário, cito o município de Altamira no meu Estado, o Pará: lá 88% da área do município foi abarcada pela legislação federal, sendo toda essa dimensão considerada de preservação e conservação ambiental, restando, tão somente, 12% para que as diversas atividades econômicas, geradoras de emprego e renda, possam ser iniciadas ou desenvolvidas.

É na tentativa de sensibilizar os órgãos que compõem o Grupo de Trabalho Interministerial, que requeiro o envio de manifestação da Comissão da Amazônia, no sentido de que municípios que se encontrem com mais de 50% da sua área como sendo de preservação e conservação ambiental possam ser beneficiados com uma compensação financeira a partir da viabilização do “Royalties Verde”.

Com base nesses argumentos, solicito o indispensável apoio dos nobres pares para a aprovação do presente Requerimento.

Sala das Sessões, em de setembro de 2007.

Deputado ZEQUINHA MARINHO